



CONEXÃO Remate

Boletim sobre compras públicas sustentáveis

edição 2

Maio 2008

| | |
|-----------------------------------|------|
| Seminário em Minas Gerais | 1-2 |
| Secretária Vilhena | 2-3 |
| Normas de Madeira em MG | 4 |
| Legislação de Licitações | 5 |
| Catálogo Sustentável | 5 |
| Ecolabel Europeu | 6 |
| Guia de CPS para as Nações Unidas | 6 |
| CPS na Catalunha | 6-7 |
| 2ª Reunião do Comitê Gestor | 7-8 |
| Conheça: Eduardo Jorge | 9-10 |
| Novas Integrantes | 10 |
| Eventos | 11 |

Seminário de CPS em Minas Gerais: Superando as Expectativas

Como mais uma ação do Projeto “Fomentando Compras Públicas Sustentáveis no Brasil” (CPS - Brasil), em implementação pelos governos estaduais de São Paulo, Minas Gerais e pelo município de São Paulo, foi realizado no dia 13 de março de 2008 em Belo Horizonte o seminário “Introdução à Licitação Sustentável: Conceitos, Práticas e Ferramentas”. Para o sucesso deste projeto, que propõe uma mudança de hábitos de consumo, é fundamental contar com o apoio dos tomadores de decisão.



Secretária de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais, Renata Vilhena

Marco Evangelista

Através de apresentações de especialistas, representando organizações não-governamentais, academia e o setor público e privado, o seminário demonstrou motivos para incentivar a adoção das compras sustentáveis por parte dos tomadores de decisão presentes no auditório.

Superando as expectativas, o auditório do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), ficou pequeno, para os cerca de 200 representantes de 63 órgãos e entidades estaduais, em sua maioria Ordenadores de Despesas e Superintendentes de Planejamento, Gestão e Finanças do Governo de Minas Gerais, que compareceram ao evento.

O evento foi aberto com a honrosa presença da Secretária de Planejamento e Gestão de Minas Gerais, Dra. Renata Vilhena que disse, “É preciso começar a mudança dando-se o exemplo”. E Minas Gerais tem dado exemplo; a Secretária citou um breve histórico de ações do Governo mineiro, que tem se destacado nas iniciativas de incorporação da sustentabilidade em suas compras públicas obtendo-se de resultados amplamente satisfatórios.

Inscriva-se na lista de discussão de Compras Verdes

Com intuito de manter a comunicação sempre aberta entre os parceiros do projeto e o público em geral interessado no tema, estabelecemos uma lista de discussão (list serve). Para se inscrever na lista, acesse <http://mailman.iclei.org/mailman/listinfo/compras-verdes> ou envie um email para projeto.cps@iclei.org.

Continuado na página 2

Uma das ações do Governo de Minas Gerais é o Projeto “Gestão Estratégica de Suprimentos”, iniciado em 2006, que procura a intensificação dos padrões de eficiência, eficácia e gestão racional de recursos. Neste contexto, foram incluídos critérios de práticas de consumo sustentável em relação aos cinco grandes grupos de despesas do Estado, gerando uma economia na ordem de R\$ 30 milhões, desde

a implementação destes novos critérios.

A realização deste seminário, que contou com a participação efetiva dos servidores públicos de Minas Gerais, foi mais um importante passo para a concretização de um modelo de políticas públicas sintonizado com um tempo em que não se pode mais serem ignoradas as urgências ambientais. Os governos, face a sua representatividade como consumidores, devem gerir o consumo de forma responsável.

Neste contexto, MG, dá um importante passo.

Para mais informações (programa, apresentações e fotos) do evento, visite o site do ICLEI, www.iclei.org/lacs/portugues ♦



Moderadores: Renato Quintino e Thiago Grego, Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, MG



Participantes do Seminário



Palestrante: Carla Miranda, Ministério do Meio Ambiente

Secretária Vilhena Incentiva a Implementação de CPS

Durante o primeiro seminário do projeto em Minas Gerais, “Introdução à Licitação Sustentável: Conceitos, Práticas e Ferramentas” realizado no dia 13 de março de 2008, a Secretária de Planejamento e Gestão do Estado, Renata Vilhena abriu o evento com palavras de incentivo para a implementação de CPS. Segue uma versão resumida de sua apresentação que está disponível por completo no site do ICLEI, www.iclei.org/lacs/portugues.

É com satisfação que participo da abertura do evento sobre “Introdução à Licitação Sustentável: Conceitos, Práticas e Ferramentas”, que representa avanços nas ações promovidas pelo Governo de Minas em Aquisições Limpas.

Nosso papel é relevante, uma vez que o Estado apresenta-se como um importante indutor nas condutas sustentáveis da sociedade, e as compras públicas equivalem a 2% se comparadas com sua participação no PIB mineiro, nos últimos três anos.

É preciso começar a mudança dando-se o exemplo, temos que ser

criativos, e, uma área que se faz ainda exploratória é da licitação positiva, onde se reclama estabelecer critérios justos para aquisição de bens, serviços e obras com produtos de qualidade, preço justo e ecologicamente corretos.

Compras Públicas Sustentáveis (CPS) podem ser utilizadas como uma maneira de implementar políticas de governo específicas e relacionadas ao Desenvolvimento Sustentável (DS). Os governos precisam ser muito claros em relação a quais são as prioridades para os compradores da administração pública, pois estas são estratégicas para o Governo.

Por isso, Minas Gerais tem consciência de que todo consumo causa impacto, e que compete aos administradores minimizá-los, eliminando o desperdício ou passando a utilizar mecanismos inteligentes para a otimização, reaproveitamento e descarte do bem ou serviço.

Dentre os principais projetos, tem-se o Projeto Estruturador “Qualidade e Produtividade do Gasto Setorial”, que possui o objetivo de orientar os gastos, principalmente com as atividades meio, de forma não somente a reduzir custos, mas principalmente,

Continuado na página 3

Continuação da página 2



Marco Evangelista

Secretária Vilhena e Laura Valente de Macedo

aplicar os recursos públicos com qualidade e atenção ao viés ambiental.

Uma das ações do estruturador é a inserção de itens sustentáveis no catálogo de materiais, baseados em estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas e a nós cedidos, a fim de alavancar licitações sustentáveis no âmbito do Estado, posto que a compra com qualidade agrega padrões sustentáveis.

Neste contexto, o Estado de Minas Gerais implementou diversas alavancas de valores, obtidas em virtude da gestão inteligente empreendida nas compras públicas.

Exemplo desta investida em inovar nas contratações foi executado o Projeto Gestão Estratégica de Suprimentos - GES, gerenciado pela Seplag e desenvolvido com a aplicação da metodologia *Strategic Sourcing*, aliada aos recursos de TI do Estado, como o Sistema de Administração de Materiais e Serviços – SIAD.

Seu objetivo principal foi a redução

com qualidade dos gastos e contratações pelo Governo de Minas, além do incentivo às políticas de compras públicas sustentáveis, beneficiando a sociedade e preservando o meio ambiente. Cerca de R\$ 30 milhões já foram economizados efetivamente até a data de hoje, sem contar o ganho que se obteve em racionalização de processos.

O projeto teve duração de um ano e meio e obteve resultados que podem superar os R\$ 100 MM/ano de economia, além do estabelecimento e definição completa de políticas e estratégias para grandes Famílias de Compras.

A experiência mineira indica que, ao se mudar a forma de trabalhar as aquisições no Estado, utilizando as melhores práticas, levando-se em conta, também, a sustentabilidade, a Administração passa a contar com uma gestão mais transparente e eficiente.

Citando as palavras de nosso Governador do Estado: “A gestão inteligente é aquela que faz mais e melhor com menos!” – que alcança metas econômicas sem negligenciar o social, o ambiental e a estabilidade fiscal, estabelecendo trajetória de evolução e desenvolvimento limpo do Estado.

Assim, conclui-se que urgem iniciativas que busquem compatibilizar o crescimento econômico com os imperativos de

equidade social e respeito aos limites naturais dos ecossistemas. A sustentabilidade tem implicações como melhoria da qualidade de vida de cada cidadão, e o Estado tem seu papel determinante neste sentido.

Minas Gerais já pratica aquisições verdes em bens, como as famílias de compras do Projeto GES, as aquisições legais de madeira, Programas de Racionalização de Água e Eficientização de Energia em prédios públicos, dentre outras ações sustentáveis.

Reduzir-se a pressão sob os recursos naturais é dever de todos e cabe ao Estado ter pensamento antecipatório e prospectivo, sempre sob a ótica humanista, valorizando a ética e contribuindo para a evolução da consciência e responsabilidade sócio-ambiental.

Nesta visão de parceria e cooperação, desejo a todos um bom dia, agradeço, imensamente, a presença e o apoio da SEMAD [Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais], sempre ativa nas questões ambientais, dos senhores representantes dos órgãos e entidades, e, em especial, aos parceiros deste projeto, aqui representados pelo Município e Estado de São Paulo, a Fundação Getúlio Vargas, e o ICLEI.

A todos o meu muito obrigada! ♦

Acesse o site de Compras Públicas Sustentáveis



O ICLEI formulou uma página especial para as Compras Públicas Sustentáveis onde podem ser encontradas todas as informações sobre o projeto .

Para acessar o site, visite www.iclei.org/cps

Normas para o Consumo Sustentável de Madeira em Minas Gerais



Virginia Lopes, Secretária de Estado de Planejamento e Gestão, MG

A riqueza natural do Brasil gera por muitas vezes posturas de descaso e despreocupação com o consumo da madeira. A consequência é que a ampliação do processo de exploração predatória já é sentida amplamente através de alterações do clima, extinção de animais, aumento do efeito estufa, entre outros fenômenos. Caso esta lógica se mantenha, serão causados danos irreparáveis à vida humana e o nosso meio ambiente como nós o reconhecemos.

Dados do Greenpeace Brasil mostram que a aquisição de madeira pela administração pública nas esferas federal, estadual e municipal corresponde a aproximadamente 1/3 do total da madeira consumida no Brasil. A adoção de políticas públicas e leis que possibilitem a inclusão de critérios sustentáveis na compra de madeira é uma responsabilidade de todos os governos.

Minas Gerais, um Estado com grande demanda por madeira, consciente de sua posição, tem adotado medidas tais como a revogação do Decreto Estadual nº. 44.122/05 pelo Decreto Estadual nº. 44.723/08, que dispõe sobre a contratação de obras e serviços pela administração pública estadual, que

envolvam a aquisição direta e o emprego de produtos e subprodutos de origem nativa ou plantada.

O Decreto Estadual nº. 44.723/08, publicado em fevereiro de 2008, contou com a participação conjunta de diversos órgãos do Governo do Estado de Minas Gerais para a sua elaboração: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), Instituto Estadual de Florestas (IEF), Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) e pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (SEPLAG).

Seu intuito é garantir a utilização de madeira de procedência legal, instituindo a necessidade de comprovação de sua origem, através da ampliação da documentação exigida e de outros instrumentos de verificação. Para garantir o sucesso desse objetivo, foram pesquisadas e identificadas iniciativas anteriores estaduais, municipais, e federais regulatórias para a aquisição de madeira.

Apesar de sua recente publicação, este é um ótimo exemplo de como o Estado pode criar bases legais que estimulem o mercado de produtos sustentáveis. O consumo da madeira pode ser feito de forma responsável, basta que iniciativas como essa, sejam adotadas por outros governos estabelecendo um importante precedente de mudanças rumo à sustentabilidade. Segundo Virgínia Lopes, Especialista em Políticas Públicas, Secretária de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (SEPLAG), o próximo passo será regulamentar a aquisição de bens e produtos derivados da

madeira, exigindo sua procedência legal.

Apesar de sua recente publicação, este é um ótimo exemplo de como o Estado pode criar bases legais que estimulem o mercado de produtos sustentáveis. O consumo da madeira pode ser feito de forma responsável, basta que iniciativas como essa, sejam adotadas por outros governos estabelecendo um importante precedente de mudanças rumo à sustentabilidade. Segundo Virgínia Lopes, Especialista em Políticas Públicas, Secretária de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (SEPLAG), o próximo passo será regulamentar a aquisição de bens e produtos derivados da madeira, exigindo sua procedência legal.

Para mais informações sobre o decreto de Minas Gerais, acesse a apresentação completa da Virgínia Lopes feita no dia 13 de março 2008 no seminário, "Introdução a Licitação Sustentável: Conceitos, Práticas e Ferramentas" no site do ICLEI, www.iclei.org/lacs/

portugues ou entre em contato com projeto.cps@iclei.org ♦

Legislação de Licitações

Opinião de Especialista: Ana Maria Vieira Santos Neto, Analista de Compras Governamentais, Ministério de Planejamento

No momento existem novas perspectivas no marco legal do Estado como consumidor de bens, produtos e obras. Falamos do projeto que se encontra no Senado Federal, o PLC nº 32/2007, que visa alterar a Lei de Licitações e Contratos, trazendo algumas tímidas inovações.

A primeira diz respeito à necessidade dos entes e entidades da Administração Pública obterem licença ambiental antes do início do processo licitatório, leia-se, a fase externa da licitação (inciso V, § 2º, art. 7º). A Lei nº 8.666/93 exigia somente que o projeto básico considerasse o impacto ambiental da obra. Com a alteração o planejamento público deve atender às leis municipais, estaduais ou federais sobre o uso do solo e as regras relativas ao meio ambiente, bem como aos critérios e padrões fixados para licenciamento ambiental emitidos pelo CONAMA. Esta alteração visa evitar a prática nociva de realizar a licitação sem Licenciamento Ambiental prévio, para se as obras forem posteriormente embargadas pelo Ministério Público, forçar, junto ao Poder Judiciário, a sua continuação. Neste ponto,

desenham-se dois cenários: ou se perde o processo licitatório e a obra fica inacabada, o que representa um alto custo para a Administração; ou o Estado viola as normas que ele mesmo criou, com um dano imensurável para o meio ambiente e para a ética administrativa. Note-se que na Administração Pública Federal a nova legislação relativa aos repasses financeiros já impede a transferência de recursos antes da existência da Licença Ambiental prévia.

A segunda modificação impõe o uso de madeira oriunda de reflorestamentos ou plano de manejo florestal sustentável nas obras e serviços de engenharia. A medida pretende catalisar os procedimentos de certificação ambiental para imprimir uma marca de sustentabilidade às práticas da Administração, garantindo não só que as madeiras utilizadas nos seus empreendimentos estão dentro dos mais altos padrões ambientais, mas também que as empresas que pretendem contratar com a Administração buscam os mesmos objetivos.

Por último, o Projeto prevê que a Administração, ao definir a

qualidade do bem a ser adquirido, considere a adoção de critérios sustentáveis, ou seja, os órgãos e entidades públicas devem dar prioridade a bens de menor impacto ambiental. Nesse sentido, na fase interna da licitação, o gestor deve optar por adquirir bens credenciados, compostos por material reciclado, ou biodegradável e/ou atóxico, ou que emitam gás de menor impacto ambiental, e ao serem descartados possam ser facilmente reutilizados ou reciclados etc.

Entretanto, as alterações legislativas, sejam elas quais forem, não substituem a solução de questões de fundo como uma política e um plano de ação que desenvolvam uma consciência crítica nos gestores públicos de forma a promover aquisições ambientalmente orientadas, desde a fase interna da licitação, momento em que se definem as características dos produtos, serviços e obras, até à execução do contrato. O Estado não pode ser um ator a mais nos esforços da sociedade para criar um modelo justo de desenvolvimento sustentável, mas deve promover uma cultura institucional que sirva de exemplo para a sociedade♦



Lançamento do Site “Catálogo Sustentável”



Parabenizamos a equipe do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces) pela criação do site *Catálogo Sustentável* que disponibiliza uma lista de produtos e serviços selecionados a partir de critérios de sustentabilidade. Esta é mais uma importante ferramenta que facilita o acesso à informação, incentivando o consumo consciente e responsável.

Não deixe de conhecer e divulgar: <http://www.catalogosustentavel.com.br/>

Promovendo o “Ecolabel” Europeu



Um novo projeto de 12 meses foi lançado pela Comissão Europeia para promover o “Ecolabel” selo ecológico europeu para compradores públicos e o uso dos seus critérios em processos licitatórios. O projeto, coordenado pelo ICLEI [Europa], também irá promover compras públicas verdes entre os fornecedores públicos regulares e avaliar o papel que o Ecolabel desempenha, com o

intuito de aumentar o número de produtos certificados e incentivar o uso dos critérios em toda a cadeia de suprimentos.

O ICLEI está trabalhando em conjunto com o Serviço de Inteligência BIO (que atualmente faz o atendimento em relação ao Ecolabel europeu) e o Centro de Meio Ambiente Regional (REC). Os parceiros do projeto realizarão uma série de pesquisas para avaliar as mais adequadas atividades promocionais e ferramentas para atingir esses objetivos. Um número

de ações promocionais específicas também serão efetuadas, incluindo estandes de informação em seminários e outros eventos relevantes de licitação (tais como Soluções de Licitação 2008, em Londres em junho) e o desenvolvimento de documentos de orientação.

Para mais informações, favor entre em contato com Simon Clement, simon.clement@iclei.org

Fonte: Sustainable Procurement Update, Edition 38, 2008, ICLEI Europa

Guia de Compras Sustentáveis para as Nações Unidas

A equipe de Compras Públicas Sustentáveis do ICLEI Europa está desenvolvendo um guia de compras públicas sustentáveis para computadores, notebooks, monitores e equipamentos de imagem para as Nações Unidas (ONU). O guia ajudará os compradores e requisitores da ONU a selecionar os produtos disponíveis no mercado, que têm o menor impacto no meio ambiente e são socialmente responsáveis.

Os resultados são critérios sustentáveis abrangentes e específicos para atender as necessidades de cada região e que podem ser usados tanto para a pré-seleção de equipamentos como para licitações. Além das considerações sobre ciclo de vida e critérios ambientais, os resultados incluem critérios sociais, como por exemplo, recomendações sobre a forma de verificar o cumprimento de convenções internacionais

especificando critérios sociais.

O trabalho faz parte do SUN (ONU Sustentável) iniciativa que tem por objetivo a realização de alto desempenho ambiental para as Nações Unidas até o final de 2009.

Para mais informações, favor entre em contato com Philipp Tepper, philip.tepper@iclei.org

Fonte: Sustainable Procurement Update, Edition 38, 2008, ICLEI Europa

Compras Públicas Sustentáveis na Catalunha

Em 2002, a cidade de Barcelona (BCN), participante ativo da campanha Procura⁺ do ICLEI, aprovou sua Agenda Local 21, chamada O Compromisso dos Cidadãos com a Sustentabilidade, e está agora promovendo o Programa +Sustentável do Conselho numa tentativa de propagar a incorporação de boas práticas ambientais e sociais da organização. Seguem algumas atividades recentes

de Barcelona.

- A BCN desenvolveu um novo processo licitatório para limpeza e coleta de resíduos para o período de 2009- 2017, numa tentativa de melhorar a qualidade e alcançar o desdobramento de políticas sustentáveis. O contrato inclui melhorias ambientais como limpezas mais frequentes, mais pontos de reciclagem, coleta de lixo com menos poluição sonora,

redução da poluição atmosférica e sonora e a redução do uso de água.

- Representantes da BCN visitaram sua cidade gêmea Santa Cruz de la Sierra na Bolívia na última semana de março de 2008, no âmbito da iniciativa do WWF ‘Cidades Gêmeas pela Floresta’. A iniciativa visa fomentar a gestão sustentável das florestas bem como o consumo responsável de madeira.

Continuado na página 7

Continuação da página 6

• A BCN publicou uma nova licitação de alimentos orgânicos para creches. De acordo com uma das especificações da licitação, é exigido que pelo menos 5% [de todos os alimentos comprados] do peso deve ser de alimentos orgânicos. Outros critérios ambientais tais como coleta seletiva e requerimentos ecológicos de limpeza e treinamento de pessoal também foram incluídos.

• A BCN também está desenvolvendo uma nova licitação para a construção de um novo edifício para a administração municipal de Barcelona, em 2011. Eles estão negociando a inclusão de critérios de economia de energia e água e outros inovadores como um distrito central de sistemas de refrigeração.

• Finalmente, a BCN está pesquisando como organizar eventos esportivos de uma maneira

mais amigável ao meio ambiente. Em 2008 uma análise dos impactos ambientais e resíduos produzidos durante esses eventos será realizada, e está previsto que em 2009 serão implementadas mais ações concretas para atacar esses problemas.

Para mais informações, favor visite: <http://www.bcn.cat/agenda21/ajuntamentsostenible> ou entre em contato com hbarraco@bcn.cat ♦

Fonte: Sustainable Procurement Update, Edition 38, 2008, ICLEI Europa

2ª Reunião do Comitê Gestor do projeto CPS - Brasil



Participantes do Comitê Gestor

No dia 17 de abril foi realizada a segunda Reunião do Comitê Gestor (CG) do projeto, “Fomentando Compras Públicas Sustentáveis do Brasil”. Esta reunião teve como objetivos: relatar para o Comitê Gestor o andamento do projeto desde a última reunião realizada em novembro de 2007 e envolver o CG no projeto por meio das ações propostas pelo Grupo de Trabalho do projeto.

O Comitê Gestor é formado por representantes técnicos ou políticos de secretarias, autarquias, departamentos e agências de cada governo piloto, definidos segundo relevância para o tema de CPS e indicados por cada parceiro no Grupo de Trabalho. O seu

propósito é envolver agentes de governo no debate sobre compras públicas sustentáveis e facilitar a integração do tema como política de governo, garantindo assim sua implementação.

A reunião foi organizada em três partes. A primeira parte serviu para atualizar os membros do Comitê Gestor sobre o projeto, CPS – Brasil. Tanto as organizações implementadoras quanto os três governos participantes do projeto fizeram uma breve apresentação de suas ações durante os últimos 5 meses. Em seguida, os participantes se separaram em suas respectivas equipes de acordo com seus respectivos governos, para tratar de assuntos específicos a cada um dos três governos participantes do projeto. Por fim, o grupo se integrou novamente para ouvir e comentar sobre o relato de cada governo. O relato final é considerado de grande relevância, pois o projeto se baseia fortemente na importância de troca de experiências e do apoio entre pares. A primeira parte da reunião

começou com a Diretora Regional do Secretariado para a América Latina e Caribe do ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade que agradeceu todos pela presença e destacou a importância e repercussões do projeto em nível nacional e internacional. Em seguida, Rachel Bidermann, Coordenadora Adjunta do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces) focou sua apresentação no Guia de CPS Compras Públicas Sustentáveis e no novo catálogo virtual de produtos sustentáveis do Centro. Juntamente com o ICLEI, o GVces está fazendo a 2ª edição atualizada do Guia de Compras Públicas Sustentáveis que foi lançado inicialmente, em português, em outubro de 2006.

Os participantes do Grupo de Trabalho do projeto, representando a Superintendência Central de Recursos Logísticos e Patrimônio, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais, Ana Cristina Albuquerque,

Continuado na página 7

Diretora e Denise Nora, Assessora apresentaram as ações do Estado. Entre elas se destaca que o Estado realizou uma compra emblemática de 861 veículos flex. Uma outra novidade é a inclusão de um símbolo no catálogo de produtos do Estado indicando se o produto é sustentável.

As ações do Governo do Estado de São Paulo foram apresentadas por Denize Cavalcanti, Assessora da Coordenadoria de Planejamento Ambiental (CPLA) da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SMA), representando Tércio Carvalho, Coordenador da Coordenadoria de Planejamento Ambiental da mesma Secretaria. Entre as várias ações do Estado, foi mencionado que a Secretaria elaborou uma minuta de Decreto que estabelece a compra obrigatória de produtos identificados com o Selo Socioambiental, salvo se justificado. O referido selo foi criado por meio do Decreto Estadual n. 50.170/05 e deve ser atribuído aos produtos e serviços que atenderem a pelo menos um dos critérios enunciados em seu artigo 2º, tais como: economia no consumo de água e energia, minimização na geração de resíduos, dentre outros. Atualmente este decreto aguarda análise pela Consultoria Jurídica da SMA. Um outro decreto, cuja

minuta também partiu da SMA, trata da inclusão de empresas vendedoras ou prestadoras de serviços no site “Sanções”, que consiste em um instrumento de verificação, em etapa anterior ao credenciamento dos interessados nas licitações, a fim de checar se as mesmas sofreram alguma penalização por parte da Administração. A intenção do referido Decreto, que, segundo informação da própria Consultoria Jurídica, já foi enviado para a Assembléia Legislativa, é incluir nesse cadastro as empresas que tenham cometido infrações ambientais, impedindo sua participação nas licitações.

Eduardo Aulicino, Assessor da Secretaria do Verde e Meio Ambiente (SVMA) da Prefeitura de São Paulo citou, dentre as ações em compras sustentáveis implantadas, algumas que apresentam grande potencial de serem adotadas pelos demais governos participantes do programa. Em parceria com o SINDUSCON-SP e o IPT, a SVMA, produziu o “Manual de Madeiras” que visa oferecer à construção civil, espécies de madeiras alternativas às madeiras provenientes de espécies ameaçadas de extinção. A segunda edição desta publicação está sendo preparada e contém algumas novidades interessantes, como um capítulo que incentiva o uso de madeira de origem certificada e outro que fornece dicas sobre prevenção ao ataque de cupins. Eduardo também mencionou o Decreto N°. 48.075 que está sendo aplicado. O decreto dispõe sobre a obrigatoriedade da utilização de agregados reciclados, oriundos de resíduos sólidos da construção civil, em obras e serviços de pavimentação das vias públicas do Município de São Paulo.

Em seguida os grupos se dividiram para discutir sobre os desafios de cada governo e estabelecer próximos passos. O grupo do Governo de Minas Gerais focou nos treinamentos de CPS para cidades mineiras, liderado pela Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). O alvo do grupo representando o Estado de São Paulo foi discutir os processos para novas legislações e as ações dos membros do CG em relação ao Setor Produtivo. Os participantes do grupo do Município de São Paulo concentraram-se em: 1) o mapeamento de compras, produto do projeto CPS - Brasil 2) o evento de sensibilização para o município e 3) a inserção de alternativas sustentáveis na tabela da Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Urbana e Obras (SIURB).

Os três grupos se integraram para realizar o relato das discussões realizadas em pequenos grupos. Durante esta última parte da reunião, todos tiveram a oportunidade de comentar sobre os resultados de cada um dos três grupos.

Para receber o relatório completo da reunião, favor enviar seu pedido para projeto.cps@iclei.org♦



Dinâmica de Grupo



Membro do CG: Sílvia Nascimento, Secretária de Meio Ambiente do Estado de São Paulo

Conheça: Secretário Eduardo Jorge Martins

O Secretário Eduardo Jorge tem liderado uma equipe na Secretaria do Verde e Meio Ambiente (SVMA) da Cidade de São Paulo que tem se dedicado a compras públicas sustentáveis por meio de várias iniciativas pioneiras no país. O Secretário concede esta entrevista para Wendy Villalobos, Assistente de Projetos do Escritório de Projetos do Brasil do ICLEI.

WV - A Prefeitura de São Paulo tem participado de várias redes do ICLEI, como a Campanha de Cidades pela Proteção do Clima (CCP), a Rede Elo e agora o projeto CPS. Como o Município tem se beneficiado por meio destas redes?

EJM - A participação da PMSP nas redes do ICLEI tem permitido o conhecimento de políticas públicas implantadas por governos de outras localidades e a divulgação das nossas. É um local de aprendizado.

Trabalhar em rede prevê oportunidades para aprender com outros. Por meio desses contatos, a Prefeitura tem adotado e/ou adaptado medidas de compras públicas sustentáveis que já foram bem sucedidas em outras cidades dentro ou fora do Brasil?

Sim, um exemplo é o processo de elaboração da Lei dos Aquecedores Solares em São Paulo (LEI Nº 14.459, DE 3 DE JULHO DE 2007) que se deu à partir do conhecimento da Lei de Barcelona, na Espanha que também trata deste tema.

Hoje, temos no Brasil, 12 cidades com projetos de lei solares aprovados e 42 outras com projetos de lei em tramitação. Todos os novos projetos apresentados seguem quase que letra por letra, a lei aprovada em São Paulo, mostrando a importância da cidade como sinalizadora da inovação e a



Secretário Eduardo Jorge Martins

importância da ecoeficiência para o restante do país.

Qual é a importância de as administrações públicas adotarem políticas efetivas de compras públicas sustentáveis?

É a necessidade do aperfeiçoamento dos instrumentos de contratação, com a introdução de critérios, normas e procedimentos que levem em conta, sistematicamente, a qualidade ambiental no âmbito do município. Entendidos estes, como variáveis do ambiente que afetam o bem-estar dos organismos, particularmente dos seres humanos, levando-se em conta ainda, a influência que o poder público pode exercer como agente econômico

nas tendências do mercado, e sua responsabilidade relativa aos impactos ambientais e econômicos gerados em decorrência de suas práticas de contratação.

Em 2005 a Secretaria do Verde e Meio Ambiente do Município introduziu o uso de papel reciclado. Como previsto, o aumento na demanda pelo produto fez com que seu preço diminuísse, tornando o papel reciclado mais acessível para o público geral. Quais outros exemplos de incentivo às compras públicas sustentáveis estão sendo desenvolvidos pela Prefeitura atualmente?

[Continuado na página 10](#)

Assim como o papel reciclado, outro exemplo é o emprego de água de reuso proveniente de estações de tratamento de esgoto para lavagem de vias públicas (Dec.44.128 de 19/11/03). A Sabesp tem uma produção de 100mil m³/mês à R\$ 3,00/m³ e que devido ao aumento desta demanda já anunciou que deverá dobrar a produção durante o ano de 2008. A PMSP tem implantado uma série de ações no âmbito das aquisições e contratações de serviços relativos ao emprego de madeiras, areias, pedras, de origem ambientalmente legal, nas obras públicas, o emprego de agregados reciclados na pavimentação das ruas da cidade e outras que encontram-se em fase de implantação.

A Secretaria tem enfrentado alguma resistência para implementar Compras Públicas Sustentáveis? Quais têm sido as estratégias da SVMA para combater essas resistências?

Como toda mudança de hábito, as Compras Públicas Sustentáveis requerem tempo e um esforço extra das estruturas operacionais para sua adaptação, é onde se localiza a maior resistência. As estratégias adotadas são variadas, mas passam todas pelo argumento da conscientização ambiental e a necessidade de mudanças no modo de vida da nossa sociedade.

Qual tem sido a economia gerada após a implementação de ações de Compras Públicas

Sustentáveis na Prefeitura de São Paulo?

Além dos recursos financeiros, a principal é a economia gerada pela preservação dos recursos naturais como: água, energia, matérias-primas, redução de volumes nos aterros, preservação de florestas proporcionados pelo poder de compra da administração da quarta maior cidade do planeta que envolve 31 Subprefeituras, 22 Secretarias e mais de 120 pontos de compra.

Qual conselho você daria para um governo que esteja interessado em implementar ações de Compras Públicas Sustentáveis?

Primeiro é preciso convencer o Prefeito, Governador, Primeiro Ministro, etc♦

Bem-vindas!

Gostaríamos de apresentar as nossas novas estagiárias.

Sarah Soares, nossa nova Assistente de Comunicação e Projetos, é estudante de Relações Internacionais da Universidade Anhembi Morumbi. Sarah já concluiu cursos sobre rotinas administrativas e atuou em atividades relacionadas ao comércio. Sua experiência também inclui a realização de projetos acadêmicos sobre Refugiados através do auxílio direto da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo.



Wendy Villalobos, nossa nova Assistente de Projetos, é graduanda em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Belas Artes, e atriz, formada pela Escola de Atores do Centro de Artes Cênicas da PUC-SP – TUCA. Ela já estagiou na Câmara de Comércio Brasil-Canadá, onde teve oportunidade de desenvolver trabalhos de cooperação internacional com a Câmara de Comércio Chileno Canadense, em Santiago-Chile, onde viveu por três meses. Também atuou em outras empresas em atividades diversas relacionadas com sua área de formação.

ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade
Escritório de Projetos no Brasil

Avenida IV Centenário, 1268,
Sala 215
Portão 7A do Parque Ibirapuera
04030-000 São Paulo - SP
Brasil

Tel: +55-11/5084-3079
Fax: +55-11/5084-3082
projeto.cps@iclei.org

Visite o nosso site:
www.iclei.org/lacs/cps

CONEXÃO REMATE: Remate representa a cartada final; o lance certo que combina aspirações e percepções do jogador com uma reflexão ponderada e responsável e os traduz em ação, em decisão, em mudança. Uma oferta só pode ser de fato um remate – melhor oferta aceita – quando incorpora critérios sustentáveis. Com o objetivo de construirmos juntos verdadeiros *remates sustentáveis*, criamos a Conexão Remate que reúne informações sobre o tema de compras públicas sustentáveis e, em especial, sobre o projeto, “Fomentando Compras Públicas Sustentáveis no Brasil”, uma iniciativa da campanha global do ICLEI.

Comentários e sugestões podem ser enviadas para o e-mail: projeto.cps@iclei.org

Eventos

7ª Conferência Municipal de Produção Mais Limpa

Este já tradicional evento realizado anualmente pela Prefeitura Municipal de São Paulo, em sua sétima edição contará com a participação de diversos especialistas que discutirão o tema: “O Etanol e a Cidade de São Paulo- suas perspectivas e oportunidades”.

Data: 21 de maio de 2008 / **Horário:** 8h às 16h

Local: Anhembi Parque – Grande Auditório

Inscrições gratuitas – vagas limitadas!!

Acesse www.natalini.com.br para efetuar sua inscrição

Para mais informações: (11) 3396-4405 / www.anggulo.com.br

7ª Audiência de Sustentabilidade: Construção Sustentável

Diante do compromisso estabelecido com o desenvolvimento sustentável, a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) apresentará a 7ª edição da Audiência de Sustentabilidade, que irá discutir a necessidade de implantação de Construções Sustentáveis.

Data: 27 de maio de 2008 / **Horário:** 8:30 – 12:00

Local: Complexo Costa Carvalho, Auditório Tauzer Garcia Quinderé, Rua Costa Carvalho, 300, Pinheiros, São Paulo, SP (entrada pela Rua Nicolau Gagliardi, 313)

Evento gratuito

Não é necessária inscrição prévia



Parceiros



Patrocinador



Apoio



Embaixada Britânica
Brasília